

Cadernos do Observatório. v.6



Projeto de Extensão
Observatório do Mundo Contemporâneo
Laboratório de Ensino de História
UNIOESTE

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR, Brasil)

Cadernos do Observatório / UNIOESTE. Universidade do Oeste do Paraná. Campus de Marechal Cândido Rondon. Laboratório de Ensino de História. n, (2010). Marechal Cândido Rondon: 2012 – v4.

Anual

ISSN

1. História Imediata – Textos Didáticos. 2. Mídia – Textos Didáticos. 3. Educação – Textos Didáticos. I. UNIOESTE. Campus de Marechal Cândido Rondon. Laboratório de Ensino de História.

905

CDD 21. Ed

CIP-NBR 12899

Ficha Catalográfica elaborada por Helena Soterio Bejio CRB-9/965

Organização

Equipe do Observatório do Mundo Contemporâneo

Estagiários

Luana Milani Pradela

Paulo Roberto da Costa Sartori

Coordenação

Aparecida Darc de Souza

SUMÁRIO

SOBRE O PROJETO.....	5
MORADIA: DIREITO OU PRIVILÉGIO?.....	7
A Cidade em Disputa.....	7
Moradias Populares: uma questão de polícia?.....	9
Moradia: entre o direito e a especulação.....	11
A Desocupação do Pinheirinho e as falsas polêmicas.....	13
Referência Bibliográficas.....	15
31 DE MARÇO DE 1964: NÃO TEMOS NADA PARA COMEMORAR!	
.....	16
Golpe de 1964: a memória de militantes e militares.....	16
Pelo direito a memória e a verdade.....	19
A “Paz” imposta pelas armas.....	21
“Quem lê tanta notícia”	24
Diálogos sobre a Ditadura: o debate dos internautas da Folha de S.Paulo.....	27
Referências Bibliográficas.....	29
DESEJO, NECESSIDADE, VONTADE.....	30
Estado capitalista e produção destrutiva.....	30
Entre a lógica do consumo e do descarte.....	32
Necessidade, consumo e luxo.....	34
Para que educamos nossas crianças?.....	36
Referências Bibliográficas.....	37
POIS O FUTURO VOS PERTENCE!.....	38
Emprego de “A a Z”; a necessária instabilidade.....	38
A ociosidade e o discurso moralista.....	42
Um trabalhador em construção.....	44
Jovens estagiários ou trabalhadores estagnários?.....	46
Referências Bibliográficas	48

SOBRE O PROJETO

Observatório do Mundo Contemporâneo: produzindo pensamento crítico

*Carla Luciana Silva.¹
Aparecida Darc de Souza.²*

O projeto de Extensão Observatório do Mundo Contemporâneo vem sendo realizado desde o ano de 2001. O projeto objetiva promover a leitura crítica da realidade contemporânea mundial. Para tanto, são produzidos murais e textos de reflexão, em linguagem acessível a qualquer interessado.

Os textos produzidos pela equipe estão sendo disponibilizados na Internet, na página da Unioeste (www.unioeste.br/projetos/observatorio) e pelo site do projeto (www.projetoam.com.br). Os murais são colocados no Campus de Marechal Rondon em local de amplo acesso à comunidade que frequenta o Campus diariamente. Oficinas são oferecidas em eventos onde é apresentado o projeto, permitindo uma reflexão mais aprofundada sobre os referenciais teóricos que são utilizados.

Além disso, a divulgação do projeto nas escolas tem tido amplo apoio, com a participação efetiva dos alunos do ensino médio das escolas da região nas atividades desenvolvidas. Mas nosso objetivo vai além, e é por isso que os murais foram transformados em slides que podem ser utilizados com data show para fazer oficinas em qualquer lugar que disponha de um computador. Queremos com esse material de apoio, esse caderno de textos, promover subsídios para que professores da rede pública, e demais educadores populares possam fazer eles também essas discussões e trabalhar com esse material.

Nosso maior interesse é incitar o debate sobre os temas contemporâneos. O princípio que nos norteia é que faltam materiais críticos para analisar a história recente. E que essa história faz parte de nossas vidas de forma inexorável: nós somos os sujeitos da história. E para transformá-la temos que ter recursos para conhecê-la. A mídia ocupa esse espaço de maneira privilegiada, trazendo um projeto hegemônico que busca nos convencer de que o que ela propõe é expressão pura da verdade absoluta. Por isso focamos sobretudo na mídia, em matérias jornalísticas, porque são elas que produzem uma compreensão da história recente, forjando visões de mundo sobre o tempo atual.

¹ Professora do curso de História na Unioeste.

² Professora do curso de História na Unioeste.

Não podemos enquanto historiadores pensar que só deveremos pensar sobre a história depois que ela “tiver passado”, sob pena de termos perdido recursos básicos pra sua compreensão. Mesmo que nossas análises sejam inconclusas, é necessário que nos acerquemos dos recursos possíveis para compreendê-la. O aspecto midiático da questão nos faz também pensar sobre a necessidade de produzir materiais que sejam atraentes, que prendam atenção. E por isso temos investido nos murais em forma de slides que permitem visualizar essas discussões de forma que sejam compreensíveis ao maior número de pessoas possível.

Os materiais podem ser utilizados por qualquer interessado. No entanto, eles não são auto-explicativos. Para trabalhar com essas temáticas é necessário preparação, estudo, e questionamento. Nossa história não pode ser portadora da verdade absoluta como é a que a mídia faz. Ela tem que ser indagadora, analítica, demonstrativa e também interpretativa. Alguns elementos distinguem nosso texto do que é produzido pelo jornalismo: o respeito às fontes e sua citação fidedigna; a elaboração de questões problematizadas; a utilização de hipóteses colocadas como respostas provisórias e não como verdade absoluta; a definição clara do lugar a partir do qual falamos.

O grande problema dos meios de comunicação não é quando eles mostram que tem um lado, mas quando eles assumem posição sem deixar isso claro, porque isso confunde o leitor / espectador, que passa a receber isso como sendo “notícia: verdade”. Nosso trabalho não pode ter esse mesmo sentido. O princípio da utilização de fontes históricas nos obriga a buscar outros recursos para compreensão do real: dados estatísticos, estudos comparados, fotografias, depoimentos, mapas, e muitos outros materiais são utilizados além dos recursos disponíveis na internet. Isso é fundamental para construir textos analíticos e críticos.

Para construir esse material utilizamos várias fontes de imprensa contra-hegemônica. É importante ressaltar que as mesmas críticas que fazemos aos grandes meios de comunicação têm que fazer aos pequenos: quem fala? Para quem fala? Por que fala? Isso nos permite perceber que nunca esses meios são neutros, eles têm uma organicidade, tomam partido o tempo todo. E isso precisa ser dito, não ocultado. É isso que nos permite não cair na ilusão da neutralidade. Nós temos posição, mas não podemos ocultar isso.

Desejamos a todos um bom trabalho. A forma com que cada um vai utilizar o material é livre. Propomos a utilização paralela do caderno de textos e dos slides. Sempre que possível, promover a consulta a jornais, revistas, internet, como forma de incitar também a pesquisa por parte dos participantes. Mas para isso seria necessário um tempo mais extenso, e vai depender da disponibilidade de cada escola. Pedimos apenas que, na medida do possível, nos informem sobre a utilização do material, apontando críticas e sugestões para que possamos melhorá-lo, pois o projeto segue sendo realizado.

MORADIA: DIREITO OU PRIVILÉGIO?³

A cidade em disputa

Gilvana Machado Costa⁴

A cidade tal como está constituída se mostra como um espaço de disputa. De um lado, a classe dominante e de outro, a classe trabalhadora. A classe dominante, em defesa da propriedade privada, tem realizado algumas ações das quais os resultados foram sentidos pelos trabalhadores.

A cidade tem um grande centro, lugar do comércio, das casas nobres onde as mansões preenchem o lugar que antes era dos trabalhadores. A estes resta a periferia lugar da sujeira, onde não há saneamento, o ar não é puro, as casas tem um aspecto horripilante. Para Engels essa organização corresponde à viabilidade do mercado.

Sei perfeitamente que essa disposição urbana hipócrita é mais ou menos comum a todas as grandes cidades; também sei que os comerciantes varejistas, pela própria natureza do seu negócio, devem ocupar as ruas principais; sei igualmente que nessas ruas, em toda parte, encontram-se edificações mais bonitas que feias e que o valor dos terrenos que as rodeiam é superior ao daqueles dos bairros periféricos; mantém-se a classe operária afastada das ruas principais, tanto cuidado para esconder delicadamente aquilo que possa ofender os olhos ou os nervos da burguesia. (ENGELS, 2010, p. 90)

A partir dessa organização não há limpeza nem conforto e, portanto, não há vida familiar possível; só podem sentir-se à vontade nessas habitações indivíduos desumanizados, degradados, fisicamente doentios e intelectual e moralmente reduzidos a bestializados.

Com a intensificação da industrialização, cresce rapidamente o número de trabalhadores, aumentando a pressão sobre a oferta de habitações populares.

Em determinado momento surge a “periferia”, aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica.

A distribuição espacial da população no quadro desse crescimento caótico reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando ao nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas.

Como acumulação e especulação andam juntas, a localização da classe trabalhadora passou a seguir os fluxos dos interesses imobiliários. As ações governamentais passaram a seguir os núcleos de ocupação criados pelo setor privado, e os investimentos públicos vieram colocar-se a serviço da dinâmica de valorização e especulação do setor imobiliário.

³ Mural produzido em Março/Abril de 2012. Coordenação: Aparecida Darc de Souza e Gilvana Machado Costa. Estagiários: Alex Sander Sanoto, Inara Gabriela Figueredo Costa, Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho, Larissa Dallelaste Borilli, Luana Milani Pradela, Lucas Blank Fano, Paulo Roberto da Costa Sartori e Vânia Grazielle Inocêncio.

⁴ Professora da Rede pública Estadual de Educação Básica do Paraná no município de Marechal Cândido Rondon.

O crescimento caótico da cidade indica a incapacidade do poder público de programar formas mais racionais de ocupação do solo e fundamenta uma forma de expansão que, devido à fragilidade das organizações populares para interferir nos grupos privados inteiramente voltados para a obtenção do lucro.

De acordo com Kowarick é o capital que deteriora a vida metropolitana. Para o capital, a cidade e a classe trabalhadora interessam como fonte de lucro. Para os trabalhadores a cidade é o mundo onde devem procurar desenvolver suas potencialidades coletivas. Entre os dois existe um mundo de diferenças.

A cidade que deveria ser o lugar onde a sociedade como um todo convivesse em harmonia, sob o capital torna-se lugar de conflitos e disputas.

Moradias populares: uma questão de polícia?

Inara Figueiredo⁵
Larissa Dallelaste⁶
Luana Milani Pradela⁷

A moradia se constituiu em um problema social das populações empobrecidas, nas grandes cidades brasileiras, desde o final do século XIX. Com o fim da escravidão parte significativa da população de cativos libertos não tinha para onde ir e se instalava em pequenas moradias conjuntas, baratas e de estrutura precária, conhecidas como cortiços. Ao longo do século XX, assistiu-se, nas grandes cidades, a formação de bairros inteiros constituídos por moradias precárias para abrigar trabalhadores oriundos do campo e atraídos pela ilusão de emprego farto e de oportunidades nas metrópoles.

Via de regra as populações que vivem nos bairros pobres, cortiços, favelas e ocupações se tornaram alvo de violentas ações por parte das administrações públicas. Todos nós já ouvimos narrativas sobre a história da demolição do cortiço chamado Cabeça de Porco, habitado por diversos trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro.

Os cortiços eram considerados, pelos agentes públicos e sanitaristas focos de doenças e degradação que representavam, portanto, uma ameaça à ordem urbana. Naquele momento a destruição do cortiço e expulsão dos moradores foi determinada pelo interesse do governo e dos empresários do setor imobiliário que queriam afastar a população pobre da região central da cidade e assim promover a valorização do terreno ocupado pelo cortiço Cabeça de Porco.

No ano de 1893 os moradores receberam uma intimação judicial que os expulsava – supõe-se entre duas e quatro mil pessoas – a qual não foi cumprida por não terem para onde ir. Então, foram retirados sem dó pelo então prefeito e mandante do ato, Barata Ribeiro. Durante a noite uma tropa do primeiro batalhão da infantaria invadiu o recinto e sob uma intervenção violenta os moradores foram retirados.

Mas o que aconteceu com o “Cabeça de Porco” não ficou restrito ao século XIX. Nos dias de hoje é comum acompanharmos casos de desocupações violentas e moradias ditas irregulares. O caso mais recente é a expulsão dos moradores que habitavam um terreno desocupado denominado Pinheirinho. O terreno pertencia à empresa falida Selecta S/A, controlada pelo empresário de origem libanesa Najih Nahas. Acusado de inúmeros crimes, como: manipulação de preços na bolsa

⁵ Acadêmica do 1º ano de História da UNIOESTE

⁶ Acadêmica do 1º ano de História da UNIOESTE.

⁷ Acadêmica do 2º ano de História da UNIOESTE

de valores, crime contra a economia popular, crime do colarinho branco e formação de quadrilha. No entanto, livrou-se das acusações por pertencer a uma “boa” roda de amigos.

Após oito anos sendo ocupado por cerca de seis mil famílias pobres, o terreno passou por uma reintegração de posse e as famílias tiveram de ser retiradas do local. Para que isso fosse efetuado, tropas militares entraram em ação – sob a ordem do atual governador de São Paulo Geraldo Alckmin – agindo com força e violência contra os moradores que apresentaram resistência.

Uma moradora que resistiu ao ataque dos policiais, enquanto segurava uma criança de cinco meses no colo, sofreu tentativa de agressão por parte de um policial. Ao ser entrevistada, afirmou:

Eu não sou bandida. Quem você tá pensando que você é (referindo-se ao policial). Ele falou que ele era cidadão. Eu falei, eu também sou cidadã. Eu não to te fazendo mal nenhum. Eu falei, você tá aqui pra proteger, não é pra me bater.⁸

Os moradores foram atingidos com bombas de gás dentro das casas, sem ter para onde correr. Um homem que estava indo embora do local, sem apresentar resistência, foi baleado enquanto protegia sua família. Até mesmo os abrigos foram invadidos e submetidos aos atos violentos da polícia. Mulheres foram estupradas e humilhadas. No entanto, essas informações não foram veiculadas pela mídia.

O que queremos ressaltar, no entanto, é que tanto o caso do Cortiço Cabeça de Porco quanto o caso do Pinheirinho – entre outros – são evidências de desrespeito aos modos de viver e morar dos setores populares. Em ambos os casos o poder público se associou aos interesses privados do setor imobiliário para desalojar centenas de famílias cuja forma de morar não contribuía para promover o processo de especulação imobiliária.

⁸ Disponível em: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=NBjjtc9BXXY#! – acessado em 22/03/2012.

Moradia: entre o direito e a especulação

*Alex Sander Sanoto*⁹

*Lucas Blank Fano*¹⁰

*Paulo Roberto da C. Sartori*¹¹

Sem dúvida, ter um lugar para morar é fundamental para a sobrevivência e o desenvolvimento da vida humana. De acordo com a Constituição Federal brasileira, aprovada em 1988, a moradia é um direito social. Este direito foi historicamente conquistado através de várias lutas sociais durante os anos, e significa que os interesses coletivos devem vir primeiro do que os interesses individuais, já que somos uma sociedade que se diz “democrática”. Entretanto, ainda hoje, verifica-se o profundo desrespeito a este direito constitucional no país.

Recentemente acompanhamos pela imprensa o caso flagrante deste desrespeito ocorrido durante a desocupação do terreno do Pinheirinho na cidade de São José dos Campos, do estado de São Paulo. Neste caso, o próprio Estado, cuja principal atribuição é garantir os direitos previstos na constituição, foi o protagonista de uma ação que privou centenas de famílias do direito de morar. Por meio da força da ação da polícia militar, o governo do estado de São Paulo expulsou os moradores do Pinheirinho e destruiu todas as suas moradias para promover a reintegração de posse do terreno pertencente ao megaespeculador Naji Nahas.

Mas por que o estado se comportou desta maneira? Parte da resposta a esta pergunta está na própria lógica mercantil que orienta a organização das cidades na sociedade contemporânea. Nesse sistema tudo se transforma em mercadoria, com o solo urbano e as habitações não é diferente. Neste sentido, o solo urbano e as habitações são considerados menos pelo seu valor de uso, do que pelo seu valor de troca. Por esta lógica é aceitável para os empresários do setor imobiliário que existam nas cidades terrenos e até mesmo edifícios ociosos enquanto pessoas vivem sem ter um lugar para morar.

Um exemplo do funcionamento desta lógica são os acontecimentos que marcam a história do terreno conhecido como Pinheirinho. Um terreno que durante décadas foi objeto de especulação a espera das benfeitorias públicas para ser valorizado, mas que em 2004, se tornou palco de um processo de ocupação que passados 8 anos, se tornou o lugar de moradia de mais de 6 mil famílias. Muito embora o Pinheirinho estivesse cumprindo sua função social, porque transformou-se no lar de tantas famílias, o direito à propriedade e à especulação prevaleceu sobre o direito social. Em 22

⁹ Acadêmico do 2º ano de História da UNIOESTE.

¹⁰ Acadêmico do 3º ano de História da UNIOESTE.

¹¹ Acadêmico do 2º ano de História da UNIOESTE.

de janeiro de 2012 as 6 mil famílias foram expulsas violentamente de suas casas, que foram destruídas para garantir que ninguém pudesse voltar. A justificativa última da justiça para a expulsão das famílias foi o direito de propriedade de uma única pessoa sobre uma área capaz de abrigar centenas de moradias. Neste caso o valor de uso do terreno, que era o de oferecer espaço para a moradia, foi colocado em segundo plano, e sobre ele prevaleceu seu valor de troca.

Voltemo-nos para a história. Ser *cidadão* em uma sociedade *democrática*, para os criadores das respectivas palavras - os habitantes da Grécia antiga do século V a. C. – significava ter direito à cidade, poder participar da organização da mesma e das decisões estatais. Na “democracia” representativa capitalista, os interesses coletivos são claramente postos de lado, em prol dos interesses individuais e do lucro. O direito à especulação prevalece sobre o direito à moradia. A legislação é contraditória e, por fim, acaba sendo um instrumento para justificar atos desumanos, como a expropriação dos moradores do Pinheirinho. Os direitos humanos existem no papel, mas são vendidos para quem tem mais dinheiro, para quem tem mais poder. Nossa sociedade, portanto, está longe de ser democrática.

A desocupação do Pinheirinho e as falsas polêmicas

*Aparecida Darc de Souza*¹²

*Joselene Ieda de Carvalho*¹³

*Vânia Grazieli Inocêncio*¹⁴

*"Por esse pão pra comer, por esse chão prá dormir,
a certidão pra nascer e a concessão pra sorrir.
Por me deixar respirar, por me deixar existir (...)"*
(Chico Buarque)

Todos nós somos bombardeados por infinitas polêmicas criadas pela grande mídia, seja na TV, revistas, jornais ou rádios. Na maioria das vezes nem sequer nos perguntamos: por que essas polêmicas são criadas? Quem ou quais grupos criaram tais polêmicas? Quais posições estes grupos ou pessoas procuram reafirmar e defender? Acredite, para entender os conteúdos veiculados pelos grandes meios de comunicação é fundamental fazer tais questionamentos, porque a mídia não está acima das diferenças políticas ou ideológicas de uma determinada sociedade, ao contrário, é produto de suas contradições. Sua atuação deve ser compreendida como parte do jogo de forças dos grupos políticos e sociais que disputam diferentes projetos de sociedade.

O que dizer então sobre a cobertura feita pelos grandes meios de comunicação dos acontecimentos que marcaram a desocupação do Pinheirinho ocorrida em 21 de Janeiro de 2012 na cidade de São José dos Campos do Estado de São Paulo? Vejamos, em primeiro lugar, a grande mídia tratou de construir uma polêmica em torno da resistência das famílias residentes no terreno frente à violenta ação policial de desocupação. Para os principais veículos de informação tratava-se de questionar a beligerância da resistência dos moradores que sempre apareciam em fotos e trechos de reportagens com armas improvisadas. Um dos exemplos mais característicos desta abordagem foi a reportagem feita pelo Fantástico, programa que faz parte da grade da Rede Globo, exibido todos os domingos a noite. A reportagem usou cerca de 5 minutos do programa apenas para mostrar um carro em chamas de uma das afiliadas da Rede Globo que cobriam o processo de desocupação do terreno. Não houve em toda a programação da Rede Globo qualquer iniciativa de mostrar a desocupação tal como ela foi vivida pelas famílias do Pinheirinho. Não foram reproduzidas quaisquer imagens das ações violentas da polícia e seu impacto sobre os moradores. Cuidadosa e

¹² Professora do curso de História da UNIOESTE.

¹³ Acadêmica do 3º ano de História da UNIOESTE.

¹⁴ Acadêmico do 4º ano de História da UNIOESTE.

discretamente os textos das reportagens indicavam que havia alguns feridos na ação sem, no entanto, revelar como havia ocorrido o embate entre a polícia e as famílias ocupantes do terreno.

Mas, por que a Rede Globo criou esta polêmica e tratou as famílias que ocupavam o Pinheirinho como vândalos e criminosos? Em grande medida porque esta empresa está articulada aos mesmos grupos políticos e econômicos que promoveram a desocupação do terreno. A relação entre as Organizações Globo e o PSDB que, na atualidade, governa o estado de São Paulo e a cidade de São José dos Campos é histórica, e se tornou pública em 1994, quando uma conversa informal entre o então ministro Rubens Ricupero e o jornalista Carlos Monforte foi televisionada e explicitou a campanha feita pela rede globo ao então candidato a presidência Fernando Henrique Cardoso do PSDB.

Ao criminalizar a resistência das famílias à desocupação a Rede Globo legitima a iniciativa do governo do PSDB e desvia toda a atenção do público em relação ao uso excessivo da força policial e da ilegalidade que caracterizaram todo o processo de reintegração de posse do terreno do Pinheirinho.

De fato, o que se observa é que a Rede Globo criou a polêmica em torno das formas de resistência dos moradores do Pinheirinho para evitar outra polêmica. Afinal diversos jornalistas e meios de comunicação alternativos e ligados aos movimentos sociais tornaram públicas as imagens da violência policial sobre as famílias do Pinheirinho e deram destaque ao número de feridos e mortos na ação de reintegração de posse do terreno. Sob este prisma surge outra polêmica que contrasta o valor social da terra contra o valor mercantil da mesma. Surgem questões sobre a necessidade do uso da força de segurança pública contra o povo e a favor da propriedade. Esta certamente é uma polêmica que os grandes meios de comunicação de massa, dependentes que são do grande capital, jamais colocaram na pauta de seus noticiários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUONFIGLIO, Leda Veloso. O 'direito à cidade' apropriado: da utopia dos sem-teto ao modelo de gestão do estado. In: **Anais do II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia – UFSC**, Florianópolis, Brasil, 25 a 27 de abril de 2007.

CHALHOUB, Sideney. Cortiços. In: **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial** – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ENGELS, Friedrich. As grandes cidades. In: **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra** – São Paulo: Boitempo, 2010.

KOWARICK, Lúcio. A lógica da desordem. In: **A espoliação urbana** – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. In: **Revista Estudos Avançados**, ano 17, número 48, 2003.

OSÓRIO, Letícia. **Direito a moradia no Brasil**. Artigo disponível em www.direitoacidade.org.br. Consultado em 13 de Março de 2012.

SÍTIOS CONSULTADOS

<http://ptnosenado.org.br/textos/122-curtas/12584-vereadora-do-pt-diz-que-ex-moradores-dopinheirinho-sao-expulsos-de-abrigo>. Acessado em 28/03/2012.

<http://br.noticias.yahoo.com/s%C3%A3o-criminosos-diz-soninha-moradores-pinheirinho-205817909.html>. Acessado em 28/03/2012.

<http://www.vagalume.com.br/chicobuarque/construcao.html#ixzz1qhFehGx0>. Acessado em 28/03/2012.

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/02/moradores-retirados-de-pinheirinhoparticipam-de-audiencia-publica.html>. Acessado em 28/03/2012.

<http://advivo.com.br/blog/luisnassif/pinheirinho-por-jose-osorio-de-avezedo-jr>. Acessado em 28/03/2012.

31 DE MARÇO DE 1964: NÃO TEMOS NADA PARA COMEMORAR!¹⁵

Golpe de 1964: a memória de militantes e militares

*Danilo Ferreira Fonseca¹⁶
Selma Martins Duarte¹⁷*

As comemorações, no último dia 31 de março, acerca do golpe de 1964 que instaurou a Ditadura civil-militar e a reação contrária de alguns setores da sociedade, criticando o modo que os militares conduziram tal processo, ao passar por cima da proibição presidencial da realização de tal comemoração em um ato de quebra de hierarquia, nos possibilitam refletir como as diferentes memórias deste recente passado ainda estão em aberto e em pleno conflito.

O encontro de militares reformados e de alguns civis no clube militar do Rio de Janeiro no dia 29 de março de 2012 resultou em um conflito entre manifestantes que entendiam como uma ofensa a realização de uma comemoração de um período histórico tão agressivo dentro do processo histórico brasileiro. Por sua vez os militares alegaram que esta comemoração era um direito deles de expressarem suas opiniões – apesar de, quando no poder, não tolerarem diversas formas de manifestação – e que tal ato era realizado anualmente.

O destaque que o evento ganhou este ano se deu pela extrapolação da comemoração para além dos círculos militares, com manifestações pró-golpe em locais público, incluindo salto de paraquedas de quatro coronéis na praia Barra da Reserva (zona Oeste do Rio de Janeiro). Corroborando com tal destaque as atuais discussões e ações públicas que buscam refletir acerca deste processo histórico, como é o caso da criação da comissão da verdade ou os movimentos de escracho (ato de oposição e denúncia contra os torturadores e assassinos vinculados às forças armadas).

Durante os debates para a constituição da Comissão da Verdade, alguns setores das Forças Armadas, bem como, alguns setores da sociedade civil manifestaram-se contrários a sua criação. Estes grupos criticam a possibilidade de revisão do passado recente, pois entendem que esta é uma

¹⁵ Mural produzido em Maio/Junho de 2012. Coordenação: Danilo Ferreira da Fonseca e Selma Martins Duarte. Estagiários: Alex Sander Sanoto, Inara Gabriela Figueredo Costa, Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho, Larissa Dallelaste Borilli, Luana Milani Pradela, Lucas Blank Fano, Paulo Roberto da Costa Sartori e Vânia Grazielle Inocêncio.

¹⁶ Professor do curso de História da UNIOESTE.

¹⁷ Professora da Rede Pública de Educação Básica do Paraná no município de Mercedes.

atitude revanchista, já que a Lei de Anistia teria cumprido o papel de resolver as divergências entre militantes e militares, “perdoando” os “crimes” cometidos por ambos os lados.

Estes argumentos apresentados para contrapor-se a possibilidade de revisão da Lei de Anistia, assim como a criação da Comissão da Verdade, não são argumentos novos. O referido debate possibilita-nos verificar que no presente existe uma disputa de memórias sobre o passado, que percorre pontos fundamentais sobre o entendimento desta temporalidade. Por exemplo, a interpretação que os grupos conservadores têm a respeito do governo de João Goulart, como o líder de uma conspiração comunista no Brasil, que resultaria em uma revolução comunista. Neste sentido, esses setores das forças armadas e sociedade civil construíram um discurso de que em 31 de março de 1964 houve uma contrarrevolução no Brasil e não um golpe de estado. Julgam legítima a deposição de Goulart, presidente legalmente eleito, com o argumento de que era necessária a tomada de poder para evitar um mal maior – a implementação do comunismo no Brasil.

As polêmicas que envolvem o tema da ditadura civil-militar no Brasil são facilmente identificadas na grande mídia, as quais apresentam, sobretudo, uma interpretação alinhada com a memória dos militares e simpatizantes, entre os quais estão muitos veículos de comunicações que apoiaram o golpe e a ditadura, os chamados “colaboradores”. Ao se posicionarem sobre as comemorações do golpe, feitas no Clube Militar no dia 29 de março de 2012, não há questionamentos sobre o que temos a comemorar após 21 anos de ditadura, ou sobre a postura dos militares neste ato, em que houve quebra de hierarquia, já que comemorações dessa natureza foram proibidas pela presidente Dilma Rousseff. A grande mídia sequer questionou a violência policial utilizada contra os manifestantes que organizaram o escracho em frente ao Clube Militar do Rio de Janeiro. Ao contrário, de forma muito parcial, trataram os manifestantes como “baderneiros” e “desordeiros”, financiados com dinheiro de partidos para “atrapalhar” o evento dos militares. Estes argumentos foram utilizados em matéria da revista *Veja*¹⁸, publicada em 29/03/2012, e estão em sintonia com os argumentos utilizados em outras matérias, da mesma revista, que tratam da ditadura brasileira.

Diante das questões acima citadas, a proposta deste mural do Observatório do Mundo Contemporâneo é analisar as abordagens da mídia sobre a ditadura civil-militar; problematizar o diálogo dos internautas com as matérias que tratam da ditadura; Estudar o posicionamento da

¹⁸ Comemoração do golpe de 64 termina em tumulto: Militantes de partidos de esquerda tentaram impedir um evento fechado, organizada por militares da reserva. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/comemoracao-do-golpe-de-64-termina-em-tumulto>. 29/03/2012. Acesso em 04 de junho de 2012.

Ver também: Reinaldo Azevedo. Eis a grande obra de Maria do Rosário até aqui: Militares da reserva são agredidos e chamados de “porcos” e “assassinos”. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/eis-a-grande-obra-de-maria-do-rosario-ate-aqui-militares-da-reservasao-agredidos-e-chamados-de-%E2%80%9Cporcos%E2%80%9D-e-%E2%80%9Cassassinos%E2%80%9D/>. 29/03/2012. Acesso em 04/06/2012.

sociedade e do estado diante da violência policial e das práticas de torturas empregadas em delegacias e presídios brasileiros na atualidade, além de abusos de poder empregadas nas abordagens feitas pela polícia; discutir também a necessidade da abertura completa dos arquivos da ditadura civil-militar, bem como, os debates em torno da criação da Comissão da Verdade.

Pelo Direito a Memória e a Verdade

*Paulo R. da Costa Sartori¹⁹
Vânia Grazielle Inocêncio²⁰*

As Comemorações do Golpe de 64, feitas por alguns setores militares em 29 de março de 2012, evidenciam que ainda há disputas de memórias acerca do golpe e da ditadura civil-militar no Brasil. Estes confrontos são travados, sobretudo, entre o posicionamento de setores das forças armadas em busca de uma memória “oficial” e as memórias de militantes e familiares, que por muito tempo foram silenciadas e são cicatrizes ainda presentes em nossa sociedade.

Neste contexto de disputa se insere a criação da Comissão da Verdade, criada em maio de 2012. A Comissão é composta por sete pessoas, e apurará as violações aos direitos humanos cometidos entre 1946 e 1988, e terá dois anos para investigar, esclarecer e reconhecer abusos do passado, apresentando um relatório com a narrativa e as conclusões sobre os crimes cometidos no referido período histórico.

Cabe ressaltar que alguns setores da sociedade, e mais especificamente os militares, têm feito várias críticas a criação da Comissão, por classificá-la como revanchista, afirmando que a Lei da Anistia, foi como uma pedra colocada para fechar essa história e selá-la no passado.

Contudo, é importante lembrar o que significou o período da ditadura civil-militar, do ocultamento deliberado das histórias dos oprimidos, e que em certa medida se perpetua até a atualidade, no ainda obscuro destino de muitos mortos e desaparecidos, de muitas famílias que ainda sofrem e carregam muitas cicatrizes. Assim, as mudanças políticas e culturais devem impelir o fim do esquecimento e do silêncio e trazer à tona o passado que incomoda²¹ pois todo cidadão deve possuir o direito de conhecer a verdade dos fatos que compõem a sua história e de ter preservada a sua memória. Neste sentido, a Lei de Anistia não pode ser utilizada como desculpa ou justificativa para a não realização de estudos e investigações sobre os crimes praticados durante a ditadura.

Compõe também instrumento para o conhecimento de fatos ocorridos durante a ditadura os documentos presentes nos arquivos. A abertura dos arquivos da ditadura, que ainda continuam secretos é fundamental para o conhecimento da história recente do Brasil.

Não cabe o falso argumento de que “o interesse nacional está acima do conhecimento da verdade”. A “segurança nacional” não deve estar acima da verdade, pois em nome dessa mesma

¹⁹ Acadêmico do 2º ano de História da UNIOESTE

²⁰ Acadêmica do 4º ano de História da UNIOESTE

²¹ FERRAZ, Joana D’Arc Fernandes. A Ditadura Militar no Brasil: as disputas pela memória. In: ‘Usos do Passado’: XII Encontro Regional de História – ANPUH-RJ, Rio de Janeiro, 2006.

preservação da ordem pública violaram direitos básicos de cidadãos e se cometeram uma série de arbitrariedades na ditadura.

Ainda que abertura dos arquivos, que seria passo fundamental pelo direito a memória e a verdade, não tenha ainda sido alcançada. A Comissão da Verdade compõe importante elemento e mais um passo em direção a apuração dos fatos e para a punição dos criminosos, apesar de suas limitações e da tardia criação, em descompasso com países como a Argentina que já tem as suas comissões desde a década de 80.

Instrumentos como a Comissão da Verdade podem se constituir em uma iniciativa importante para reconhecimento oficial das violências ocorridas no passado. Podem ser o ponto de partida para que outras medidas essenciais sejam estabelecidas, como a revisão da Lei da Anistia e o reconhecimento oficial das responsabilidades de indivíduos que, a serviço do Estado, violaram os direitos mais elementares, prendendo arbitrariamente, torturando e assassinando opositores da ditadura.

A “PAZ” imposta pelas armas

*Larissa Dallelaste Borilli*²²
*Lucas Blank Fano*²³

A ditadura civil-militar que vigorou no Brasil pós-64 foi um período de forte repressão, por parte do Estado brasileiro, àqueles que questionavam a ordem vigente na época, cujos princípios haviam ganhado força com a influência dos ideais considerados de esquerda, construídos a partir da “ameaça comunista” durante a guerra fria. Assim, o que era considerado conspiratório ou o que não se adequava ao regime conservador imposto pelos militares era reprimido, principalmente através da força física, das prisões e das torturas. Diversos grupos sociais, como alguns artistas, por exemplo, faziam suas críticas cuidadosamente, de modo a não serem detectadas pela censura. O controle social exercido pelo Estado durante o período ditatorial (de 1964 a 1985), portanto, foi muito grande. O que significa isso? Ora, se há repressão às formas de contestação social, consequentemente não há democracia.

Neste ano de 2012, os militares comemoram 48 anos do golpe de 1964. Esquecendo os atos desumanos praticados contra quem desejava uma sociedade mais democrática, os exchefes políticos exaltam o reestabelecimento da ordem para “evitar o caos” e, também, orgulham-se de sua geração ter construído as condições para o “milagre econômico” brasileiro, o qual proporcionou grande progresso econômico para uma elite que já era poderosa na época, a partir de políticas que valorizaram o capital estrangeiro e incentivaram as indústrias, por exemplo, enriquecendo proprietários e deixando trabalhadores na miséria, gestando também uma imensa dívida externa.

Em confronto com a memória produzida pelos militares há a memória daqueles que lutavam contra o sistema repressivo imposto pela ditadura civil-militar, os militantes, e daqueles que não atuaram tão ativamente no processo, mas também tiveram sua liberdade diminuída e ficaram sujeitos às políticas repressivas do Estado, que são os demais sujeitos sociais. Interessamo-nos, aqui, analisar o que mudou com relação à liberdade individual na sociedade brasileira, com a conquista dos supostos direitos democráticos, colocados no papel na constituição de 1988. Afinal, fazem 27 anos desde o final da ditadura, e ainda vemos grande atuação das forças repressivas estatais, graves problemas na educação, na saúde, enfim, no viver em sociedade. Enquanto isso, por outro lado, também comemoram-se recordes de produção e o crescimento econômico da “nação”.

Para discutirmos sobre continuidades, devemos primeiro enfatizar algumas diferenças entre os dois regimes: a ditadura civil-militar e a democracia representativa capitalista, na qual vivemos

²² Acadêmica do 1º ano de História da UNIOESTE

²³ Acadêmico do 3º ano de História da UNIOESTE.

organizados hoje. A diferença mais importante a se considerar é o elemento ideológico, e a mídia é de grande relevância nesse sentido. O discurso veiculado é de que vivemos em uma sociedade democrática, que nossos direitos são iguais, que temos liberdade de expressão e temos liberdade para viver, pois está tudo contemplado na Lei. No entanto, será que isso se efetiva na prática?

Durante a ditadura civil-militar o exército desenvolveu o papel da polícia que, além de “garantir a segurança da população”, serve para o controle social, para deixar tudo “dentro da ordem”. Uma das consequências dos militares no comando foi a tortura contra militantes, considerada crime contra a humanidade, assim como um atentado terrorista, por exemplo. Esquecida por alguns, justificada por outros, o fato é que a tortura existiu, como podemos verificar em vários depoimentos dos sujeitos que participaram do processo.

Podemos perceber novamente o exército fazendo o papel da polícia na atualidade, a partir das ocupações de favelas realizadas pela chamada “Força de Pacificação”. O nome distorce a realidade. O objetivo dessa política governamental, que atribui poder aos militares para abordar moradores considerados “suspeitos”, é acabar com o tráfico de drogas, segundo os próprios militares. No entanto, algumas suspeitas estão equivocadas, e “acidentes” acontecem, como podemos perceber nesta reportagem divulgada no sítio eletrônico da Rede Globo, no final do ano passado:

Foi enterrado na tarde desta quarta-feira (28) o corpo do adolescente de 14 anos morto durante uma patrulha do Exército, no Complexo da Penha, no Rio de Janeiro. A área está ocupada pela força de pacificação há pouco mais de um ano.²⁴

O menino de 14 anos não era “bandido”, pois “segundo os parentes, o jovem não tinha ligação com drogas e estava desarmado”. Como podemos perceber, os militares não tem preocupação em diferenciar as pessoas. Na favela todos são passíveis de “suspeita” e estão sujeitos a “acidentes”. Outros casos violentos acontecem. Após a instalação de outra unidade “pacificadora”, também formada por oficiais do BOPE em comunidades do Rio de Janeiro no ano de 2010, os habitantes denunciaram maus tratos por parte dos oficiais, como podemos perceber nessa reportagem divulgada pelo sítio eletrônico “A nova democracia”:

Segundo moradores, desde o início de maio, quando o BOPE chegou aos bairros pobres do complexo do Borel, toques de recolher, revistas vexatórias, invasões de residências, saques, agressões, torturas, humilhações

²⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/12/enterrado-adolescente-morto-durante-patrulha-do-exercito-em-favela-no-rio.html>, acessado em 30/03/2012.

e vários outros tipos de abusos vêm sendo cometidos pelos policiais contra os trabalhadores que vivem nas favelas do complexo.²⁵

Mas, os militares justificam suas políticas, a mando do governo, com a mesma justificativa das práticas da tortura usadas durante a ditadura civil-militar: assim como a violência era uma justificativa contra a “ameaça comunista”, ela é também contra os moradores da favela, para “evitar um mal maior”. Até “heróis” são construídos pela Mídia, como o torturador fictício “Capitão Nascimento”, representado pelo autor Wagner Moura no filme “Tropa de Elite”. No entanto, nos perguntamos: porque uma força pretendendo-se “pacificadora” utiliza da violência física, por vezes mortal, para chegar num consenso com os moradores? Que paz pretende-se conseguir atirando em “suspeitos”, humilhando a população? Para uma sociedade “democrática”, a paz deve ser negociada. Se é imposta, ela é pertinente apenas para um grupo social: dos ricos e poderosos. A segurança é para eles.

Os que vivem nas periferias, longe dos centros urbanos, ou que não compartilham uma mesma visão de mundo, estão sujeitos à políticas violentas utilizadas para manter a “ordem social”. Portanto, a repressão continua. Vários discursos justificam a violência que o Estado, a partir de seus aparelhos repressivos, pratica contra a população considerada “suspeita”. Durante a ditadura civil-militar, os “marginais” eram os que não compartilhavam a mesma visão política. Hoje, só pelas pessoas serem pobres elas já estão sujeitas à violência, pois podem ser consideradas “suspeitas” mesmo desarmadas, como foi o caso do menino morto pelas “Forças Pacificadoras”.

²⁵ Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-67/2905-moradores-de-favelas-denunciam-crimes-das-upps>, acessado em 30/03/2012.

“Quem lê tanta notícia?”²⁶

*Joselene Ieda de Carvalho*²⁷
*Luana Milani Pradela*²⁸

Vivemos em uma sociedade que supervaloriza os meios de comunicações. As notícias, em sua maioria, nos vêm revestidas de conotação de que são “informações neutras” e “imparciais”. Porém, durante a história da “grande imprensa” no Brasil, observa-se a parcialidade na veiculação de “informações”, por escolha dos jornalistas, editores, dos proprietários das grandes empresas de jornais, de televisão, ou internet. A “grande mídia” ora noticia, ora omite fatos ocorridos, e muitas vezes o expectador/leitor não tem a percepção de que isto ocorre. Neste ano de 2012, não foi diferente. No dia 31 de Março, data que marca o golpe civil-militar de 1964 no Brasil, no site do Jornal Folha de São Paulo, saiu a seguinte notícia:

Organizador do ato, o coronel Luiz Antonio de Oliveira, 62, disse que os militares sempre comemoram o 31 de março, mas que este ano "os ânimos ficaram mais acirrados". Oliveira nega que o salto seja uma afronta. "Não queremos contestar nossa presidente, que está fazendo um excelente governo, melhor do que muitos homens", disse. "Não somos indisciplinados, desde que se faça a coisa certa." (FSP, 31/03/2012).

De acordo com essa afirmação podemos entender que o jornal tentou transparecer uma imparcialidade, a qual sabemos que não existe. A opção por detalhar a manifestação dos militares e entrevistá-los, apresenta-nos um significado imenso. O porquê não entrevistaram as famílias das pessoas que desapareceram e que até hoje procuram por seus corpos? Mais do que isso, a mídia, em especial os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, foram grandes fomentadores/apoiadores da ditadura civil-militar brasileira, e ao contrário de sua pretensa "imparcialidade", na década de 60 foram bem resolvidos, como podemos observar na citação que segue:

Poucas vezes ter-se-á visto no Brasil tão grande multidão na rua, para exprimir em ordem um ponto de vista comum, um sentimento que é de todos, como o que ontem encheu o centro da cidade de São Paulo (...). Ali estava o povo mesmo, o povo povo, constituído pela reunião de todos os grupos que trabalham pela grandeza da pátria (...) (FSP, 20/03/1964).

Meio milhão de paulistanos e paulistas, manifestaram ontem em São Paulo, no nome de Deus e em prol da liberdade, seu repúdio ao comunismo e a ditadura e seu apego a lei e a democracia. (OESP, 20/03/64).

²⁶ VELOSO, Caetano. **Alegria, Alegria**, 1967.

²⁷ Acadêmica do 3º ano de História da UNIOESTE.

²⁸ Acadêmica do 2º ano de História da UNIOESTE.

Nos fragmentos acima, observa-se um carisma dos jornais pela “Marcha da Família, com Deus, pela liberdade”, como “legítima expressão do desejo popular”, bem como, dos jornais, de depor o presidente João Goulart, em nome de uma suposta “democracia” e luta contra o “comunismo” e a “ditadura”. Dessa forma, a imprensa se portou durante muito tempo como mediadora dos civis e militares mostrando às demais pessoas que não estavam ligadas diretamente na luta, de que os movimentos de esquerda eram antidemocráticos, desorganizados e baderneiros. Durante o período da ditadura civil-militar, construíam a imagem de que estes movimentos de oposição eram uma ameaça à civilização, argumentando que a repressão policial era resultado do “terrorismo” provocado pelos guerrilheiros, sem esclarecer que suas atitudes eram resultado de uma ação revolucionária, contra a ditadura, a censura, a opressão e os opressores.

Atualmente, o papel desses ditos "informantes" não é diferente. Em 2009, a Folha de São Paulo publicou um editorial cujo título era *Ditabranda*, gerando grande revolta nos leitores e manifestações na sede do Jornal, que utilizou o termo quando abordava a vitória de Hugo Chávez, que havia enfrentado uma oposição mais sólida. Em um trecho, ao estabelecer comparações entre os regimes contemporâneos e os que dominaram a América Latina no século passado, referiu-se a experiência brasileira como sendo comparativamente menos violenta do que outros regimes similares.

Não nos é transmitido que a mídia nunca é neutra. E que a cada notícia, somos condicionados a ter percepções que muitas vezes vão além do nosso alcance de meros espectadores. Se conhecêssemos minimamente os grupos influentes que dominam a grande mídia, com certeza teríamos uma visão mais crítica ao recebermos uma notícia. Exemplo disso foi a construção na década de 60 das organizações IPES e IBAD que eram anti-Goulart e cuja função principal era integrar os principais movimentos sociais de direita para promover o golpe e deter o avanço do comunismo.

O grupo IPES/IBAD mantinha estreitas ligações com os grandes meios de comunicação, especialmente com o jornal O Estado de S. Paulo; Organizações Globo; TV Record; Jornal do Brasil e, também com o grupo Folhas, inclusive Otávio Frias, Diretor Financeiro do grupo desde 1962 foi figura de destaque dentro do IPES (Cf. DREIFUSS, 1981, 527)

O apoio ao golpe e a ditadura no Brasil teve participação de setores da sociedade civil, bem como, frações das forças armadas, dentre as organizações civis-militares que desenvolveram esse papel destacam-se o IPES e IBAD, como frisa René Dreifuss. Neste ano de 2012, como já vem ocorrendo há anos, alguns desses apoiadores e formuladores do golpe e da ditadura reuniram-se no Clube Militar do Rio de Janeiro. O evento ocorreu no dia 29 de março de 2012, para a

comemoração do golpe – denominado de “1964 – A Verdade”. Várias manifestações foram feitas contra o evento, e a revista *VEJA*, por sua vez, retratou os manifestantes como vândalos, baderneiros, que ameaçavam a segurança dos convidados, sem levar em consideração que os próprios militares agiram de forma violenta.

É lamentável o posicionamento da grande imprensa no Brasil, que trata com descaso a luta das pessoas que perderam seus entes durante a ditadura civil-militar brasileira, e trata como vândalos e baderneiros os manifestantes que clamam pela verdade sobre nosso passado recente. Esses meios de comunicação nos bombardeiam com notícias manipuladas e criam a falsa ideia de que vivemos em um país democrático, e não problematizam e historicizam a injustiça, a violência policial e a desigualdade social que foram aprofundadas durante a ditadura civil-militar brasileira. cabe a pergunta: Será que isso é democracia e liberdade de expressão midiática?

Diálogos sobre a Ditadura: O debate dos internautas da Folha de S. Paulo

*Alex Sander Sanoto²⁹
Inara Gabriela Figueredo³⁰*

No dia 29 de março deste ano, um evento ocorrido no Clube Militar no Rio de Janeiro foi motivo de muita polêmica, pois se tratava de uma festa comemorativa dos 48 anos do golpe militar. Entretanto, essas comemorações já haviam sido proibidas pela atual presidente Dilma. Cerca de 500 pessoas revoltadas com as comemorações foram até o local protestar, e a reação dos militares não foi anda atípica: os manifestantes foram recebidos por policiais militares, que interpretaram o ato meramente como vandalismo.

A Folha de São publicou, em seu site, um artigo feito de forma rasa e sem problematização, recebeu o título de “Ato pró-golpe de 64 acaba em tortura no Rio”. Tal publicação recebeu diversos comentários de leitores, nos quais podemos perceber tanto a indignação de alguns poucos, por haver a comemoração do golpe, como também a opinião de muitos leitores favoráveis ao ato de comemoração do golpe, bem como a ditadura. Na sequência, citamos alguns exemplos de comentários de leitores retirados do site da Folha de São Paulo, em que se pode observar o posicionamento favorável dos leitores a ditadura civilmilitar brasileira:

Tortura mesmo, é ver um mensalão repleto de provas, ser deixado de lado, enquanto o responsável se esbalda com o dinheiro do povo”; “Os militares de 64, prenderam e perseguiram a grande maioria dos que hoje, de modo descarado, se deleitam a valer, vampirizando, roubando e saqueando os cofres públicos”; e também “Engraçado, contra a corrupção nunca vi nenhum estudante protestar nos últimos anos. está tudo ótimo no país, não há nada para ser reivindicado

Nestes comentários prevalece a ideia de que a corrupção é um elemento da atualidade. E está subentendido nos mesmos, que durante a ditadura não ocorria corrupção, ao contrário, eram os corruptos de hoje que foram presos e perseguidos no passado. Diante desses argumentos, para esses leitores, parece legítimo que os militares tenham prendido e perseguido pessoas, afinal tornaram-se corruptas, então mereciam. Observa-se também que foge a compreensão dos leitores, ou ao interesse dos leitores, os atos de corrupção praticados durante a ditadura.

Com tantos escândalos na política brasileira e com tamanha miséria e violência tão próximas de nós, a revolta torna-se inevitável. Contudo, algumas pessoas mesmo sem ter

²⁹ Acadêmico do 2º ano de História da UNIOESTE

³⁰ Acadêmica do 1º ano de História da UNIOESTE

vivenciado a época da ditadura, veem o Golpe como a solução para tais problemas. Em um dos comentários, um homem diz que “naquela época não havia tanta violência nas ruas, podíamos sair de casa tranquilos sabendo que estávamos em segurança”. Desta forma a ditadura é posta nostalgicamente como um período de maior tranquilidade, sem qualquer problematização dos custos humanos para essa aparente “tranquilidade”.

Vemos também a constante exposição de comentários sobre o comunismo, colocando este como se fosse uma possibilidade real daquele período e do Governos Goulart, num discurso afinado com a memória militar acerca da Ditadura, em que se manifesta uma visão negativa do comunismo, colocando muitas vezes o golpe militar como um modo de ter evitado a transformação do Brasil num país como Cuba, conforme podemos ver nas seguintes frases:

Se os comunistas estivessem no poder não haveria ninguém para protestar contra a ditadura ou os direitos humanos, todos estariam mortos. Veja a revolução cubana. Vejam a história de qualquer regime comunista. Quantos foram os mortos por serem oposição? É graças à “revolução de 64” que hoje temos democracia nesse país. Disso ninguém fala. “Os regimes autoritários libertam seus líderes e escravizam o povo”. (Silvio Makum, em 30/03/2012 às 09h27)

Felizmente, existem alguns comentários que relembram que o Golpe não ajudou de forma alguma o povo e a economia brasileira, que tornou-se apenas um meio mais fácil de enriquecer os bolsos de quem já fazia parte da elite dominante, que torturou e matou qualquer possibilidade de ameaça a esta “paz”:

Muita gente tem saudade da ditadura, pois ela tinha uma vantagem ímpar. Você podia roubar, enriquecer, desviar à vontade. Não havia perigo de jornalista denunciar, fazer reportagens e pelo menos informar às pessoas o que estavam fazendo com o seu dinheiro. E você ainda passava por patriota (sic).” (Renato Senna, em 30/03/2012 às 09h34).

E aí nos surgem alguns questionamentos: O que temos a comemorar? A economia completamente desestabilizada? O arrocho salarial? A dívida externa? A repressão? As torturas? As mortes de inocentes? É visível o quão prejudicial a ditadura foi. E é visível também o quanto estas visões estão distorcidas por parte de alguns, que afirmam que não houve nada disso. Fica bem claro que o início da ditadura militar deve chamar “golpe”, afinal, o estado brasileiro criou condições de obtenção de altas taxas de lucros para empresas privadas, na grande maioria estrangeiras, e o povo brasileiro sofreu diante do arrocho salarial, sem liberdade de expressão, e paga até hoje o ônus do engodo chamado “milagre econômico”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DREYFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes. A Ditadura Militar no Brasil: as disputas pela memória. In: **'Usos do Passado': XII Encontro Regional de História – ANPUH-RJ**, Rio de Janeiro, 2006.

GALLO, Carlos Artur. O Direito á memória e á verdade no Brasil pós-ditadura civil militar. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, vol. 2, nº 4, Dezembro de 2010.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 á constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. In: **Varia Historia**. Belo Horizonte, nº 28, Dezembro de 2002.

POLLACK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". In: **Estudos Históricos**, vol. 2, nº 3, 1989.

SÍTIOS CONSULTADOS

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/12/enterrado-adolescente-morto-durantedepatruha-do-exercito-em-favela-no-rio.html>. Acessado em 30/03/2012

<http://www.anovademocracia.com.br/no-67/2905-moradores-de-favelas-denunciam-crimesdas-upps>. Acessado em 30/03/2012

<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/comemoracao-do-golpe-de-64-termina-em-tumulto>. Acessado em 30/03/2012

[http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/eis-a-grande-obra-de-maria-do-rosario-ate-aquimilitares-da-reserva-sao-agredidos-e-chamados-de %E2%80%9Cporcos%E2%80%9D-e-%E2%80%9Cassassinos%E2%80%9D/](http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/eis-a-grande-obra-de-maria-do-rosario-ate-aquimilitares-da-reserva-sao-agredidos-e-chamados-de-%E2%80%9Cporcos%E2%80%9D-e-%E2%80%9Cassassinos%E2%80%9D/). Acessado em 30/03/2012.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1069296-ato-pro-golpe-de-64-acaba-em-tumulto-norio.shtml><http://comentarios.folha.com.br/comentarios?sr=101&comment=335335&skin=folhaonline>. Acessado em 30/03/2012.

http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed688_nada_a_comemorar. Acessado em 25/04/2012.

<http://jornalismob.com/2009/03/06/folha-de-sao-paulo-e-a-ditabranda/>. Acessado em 25/04/2012.

<http://portalimprensa.uol.com.br/colunistas/colunas/2009/02/25/imprensa374.shtml>. Acessado em 25/04/2012.

<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/comemoracao-do-golpe-de-64-termina-em-tumulto>. Acessado em 25/04/2012.

<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/manifestantes-impedem-militares-de-deixar-evento-norj>. Acessado em 25/04/2012.

“DESEJO, NECESSIDADE, VONTADE...”³¹

Estado Capitalista e Produção Destrutiva

*Maria José Castelano*³²

Segundo matéria divulgada na revista Istoé (21/03/2012, p. 96-103) o Brasil é campeão de vendas em diversos setores: “Em nenhum lugar do planeta o comércio de celulares e tevês de telas finas, para usar exemplos de produtos que demandam tecnologias de ponta, cresce tão velozmente. O país já é o quarto maior mercado global de carros, o terceiro de cosméticos e de cerveja e lidera com folga negócios tão diversos quanto à produção de gravatas e achocolatado”.

Nas palavras de Mészáros (1989, p.15) “No curso da história, avanços na produtividade inevitavelmente modificam o padrão de consumo, bem como a maneira pela qual serão utilizados, tanto bens a serem consumidos quanto instrumentos com os quais são produzidos [...]”.

Pelas características inerentes ao capitalismo, a natureza e a força de trabalho do Homem são transformadas em mercadorias que necessitam ser exploradas e convertidas em lucro, sendo que o valor de troca acaba por subordinar o valor de uso das mercadorias. De acordo com Marx:

Todas as mercadorias são não-valores-de-uso, para os proprietários, e valores-de-uso para os não proprietários. Todas têm, portanto, de mudar de mãos. Mas, essa mudança de mãos constitui sua troca, e sua troca às relaciona umas com as outras como valores e realiza-as como valores. As mercadorias têm de realizar-se como valores, antes de poderem realizar-se como valores-de-uso. (MARX, 1989, p.96).

Como escreve Mészáros (1989, p.22): “O capital não trata valor-de-uso (que corresponde à necessidade) e valor de troca meramente como dimensões separadas, mas de uma maneira que subordina radicalmente o primeiro ao último”. Em razão disso, hoje, mais do que nunca, a satisfação das necessidades humanas é direcionada para um mercado no qual o consumo acelerado de mercadorias possibilite o maior lucro, estimulando a população em geral, nos países desenvolvidos, e as classes sociais privilegiadas, nos países subdesenvolvidos, a um tipo de consumo rápido. Assim, carros, computadores, celulares, móveis e uma infinidade de outras mercadorias, para os padrões acelerados de consumo, tornam-se “ultrapassadas” em pouco tempo.

³¹ Mural produzido em Agosto/Setembro de 2012. Coordenação: Maria José Castelano. Estagiários: Alex Sander Sanoto, Inara Gabriela Figueredo Costa, Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho, Luana Milani Pradela, Lucas Blank Fano, Paulo Roberto da Costa Sartori e Vânia Grazielle Inocêncio.

³² Professora do curso de História da Unioeste.

Temos então a sociedade do descartável, que dispensa prematuramente muitas mercadorias antes enquadradas como bens duráveis.

É Preciso ressaltar que todos esses objetos (percebidos exclusivamente enquanto mercadorias, sob a lógica do capital) materializam-se através de recursos retirados da natureza e do trabalho humano, tornados obsoletos no prazo mais exíguo possível, para alimentar a cadeia de novos consumos, num processo de retroalimentação contínuo necessário ao capital. Então, quando estamos falando sobre o descarte prematuro e programado desses produtos/mercadorias, estamos, de fato, nos referindo ao desperdício de elementos naturais e trabalho realizado por homens e mulheres que dedicaram uma parte de suas vidas para produzir aquilo.

A velocidade que vem tomando a degradação ambiental evidencia que os padrões de consumo e produção predominantes em países de economia consolidada, como os EUA, ou com expressivo crescimento econômico, como a China, expõem seus limites em relação aos próprios recursos naturais disponíveis.

No que se refere à questão aqui apontada, a grande contradição da sociedade atual é a impossibilidade material/concreta da generalização, em nível mundial, do padrão de consumo vigente nos países mais desenvolvidos, apesar desse ser insistentemente divulgado como modelo de “realização pessoal” junto a todas as classes e frações de classe sociais.

Criticar o insustentável estilo de vida ligado às atuais formas de produção e consumo é relativamente fácil e encontra eco no espectro político que vai da esquerda até a direita, mas as diferenças começam a despontar e a “unanimidade” é cindida quando se trata de questionar o próprio modo de produção. Nossa posição parte do pressuposto de que é preciso rever os padrões de consumo e as ações de responsabilidade social, mas isso não pode ser feito de uma maneira mais profunda sem repensar a própria lógica do capital. Não podemos ficar reféns da necessidade de sermos “criativos” para encontrar maneiras de tornarmos o capitalismo mais “limpo e verde” e as empresas “mais ambientalmente e socialmente sustentáveis” como a única saída possível para essa grave crise pela qual passa a humanidade e o nosso planeta.

Entre a Lógica do Consumo e do Descarte

*Alex Sander Sanoto*³³

*Luana Milani Pradela*³⁴

*Paulo Roberto da Costa Sartori*³⁵

Todos os dias, nos deparamos com novos produtos que surgem e mudam tão rapidamente, que se quer conseguimos acompanhar. Mas nem sempre foi assim. Será que nossos avós necessitavam trocar de carro todos os anos? Mudar de geladeira porque surgiu um modelo novo? Ou, ainda, precisavam de um guarda-roupa entulhado de roupas que nunca usariam?

No entanto, na sociedade em que vivemos somos levados a querer tudo o que surge de “novo” e “diferente”: as novas tecnologias, os novos designers, novos programas. Consequentemente, descartarmos os produtos tão rapidamente quanto os compramos, seja porque o que consideramos útil e inovador em um ano não o é no ano seguinte ou então porque os produtos não duram quanto se esperavam deles.

Mas por que somos levados a consumir dessa forma? Pra responder essa pergunta é necessário entender a lógica do sistema ao qual estamos inseridos, o sistema capitalista que tem no consumo um dos pilares para a acumulação de capital. Dessa maneira, tudo o que é produzido tem como objetivo o lucro, assim quanto mais o mercado nos incentiva a comprar, mais lucro estará gerando.

Portanto não é interessante que os produtos tenham longa duração, e demorem a ser substituídos, assim eles são pensados para que compremos o mesmo produto no ano seguinte mesmo que o diferencial seja apenas uma cor ou um símbolo e são elaborados também de forma a se esgotarem rapidamente, literalmente construídos para irem para o lixo, tudo isso para nos impulsionar a compra de novos.

Porém, não levamos em consideração o lixo produzido com esse descarte prematuro, e consequente substituição das mercadorias. O Brasil, por exemplo, está entre um dos países que mais produzem resíduos sólidos, principalmente os provenientes de aparelhos eletrônicos usados – computadores, celulares, tevês de alta definição, notebooks, smartphones, aparelhos de mp3, entre outros – que são descartados mesmo antes de esgotarem sua capacidade de utilização. Países como os Estados Unidos, por exemplo, ainda “exportam” suas sucatas para outros países menos desenvolvidos.

³³ Acadêmico do 2º ano de História da UNIOESTE.

³⁴ Acadêmica do 2º ano de História da UNIOESTE.

³⁵ Acadêmico do 2º ano de História da UNIOESTE.

Temos então dois principais problemas: um consumo desenfreado e uma conseqüente agressão ao meio-ambiente, levada pelo uso excessivo de seus recursos naturais resultando numa enorme quantidade de lixo, pois uma das principais causas da contínua deterioração do meio ambiente global são os padrões insustentáveis de produção e consumo, particularmente nos países industrializados.

Necessidade, Consumo e Luxo

*Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho*³⁶

*Lucas Blank Fano*³⁷

Vivemos em uma sociedade profundamente desigual. A distância que separa os pobres dos ricos é imensa, tanto que parece que ambos vivem em mundos diferentes. As políticas adotadas por governos de todo o globo nos últimos anos vem aumetando ainda mais estas diferenças quando se trata em qualidade de vida da população. Os direitos sociais adquiridos pelas massas durante o século XX, como a educação e a saúde, estão sendo gradativamente privatizados, tornando-se mercadorias. Mas, o que implica isso?

Ora, já que praticamente tudo se torna mercadoria em nossa sociedade contemporânea (inclusive o ser humano) a sua felicidade também passa a ser vista deste modo, pois se confunde o consumo com qualidade de vida. Este modo de pensar é uma construção social, e um dos principais veículos desta ideologia são os meios de comunicação e de massa (Televisão, Rádio, Revistas, Internet, Livros, etc.).

Os bens materiais são considerados em nossa sociedade como portadores automáticos de felicidade e de prestígio social, e os produtos valem muito mais pela marca do que por sua utilidade. As empresas geralmente gastam muito mais com propaganda do que com a própria fabricação do produto. Verificamos, portanto, que a publicidade juntamente com a persuasão tem papel importante em nossa sociedade de consumo: ela reforça a necessidade de comprar determinadas mercadorias tornadas descartáveis pela lógica perversa do capital, na sua necessidade de sempre produzir mais ou ampliar o lucro. Como a de comprar um tênis novo mesmo quando o velho ainda está utilizável, para comprar o tênis da nova coleção.

Recentemente, Rosane Collor reclamou publicamente pela pensão que recebe mensalmente no valor de R\$ 18.000,00, afirmando que este valor não é capaz de cobrir suas despesas. O que Rosane parece não se preocupar em saber é que 46,8 milhões de pessoas em nosso país recebem R\$ 622,00 para sobreviverem. Como podemos perceber, no Brasil atual apenas algumas pessoas, ou grupo privilegiado tem maior poder de consumo em detrimento da maioria da população pobre e trabalhadora.

As pessoas que não conseguem se adaptar a este padrão de consumo de luxo, em diversas vezes são colocadas à margem da sociedade e interpreta-se esta realidade, como o resultado de uma ação individual: tenho o carro do ano, pois, trabalhei para isso. Se você não tem, é porque não

³⁶ Acadêmica do 3º ano de História da UNIOESTE.

³⁷ Acadêmico do 3º ano de História da UNIOESTE.

trabalhou o suficiente. Buscam-se respostas individuais, quando na verdade a lógica é a do sistema capitalista: não importa quem você é, mas o quanto você têm!

Podemos observar diariamente nos programas, telenovelas o apelo ao consumo. A cada horário específico passam propagandas direcionadas à pessoas específicas. E cria-se a falsa ilusão de que é necessário consumir, comprar e descartar e, quando paramos para refletir, é isso que o próprio sistema faz com as pessoas.

Para que Educamos Nossas Crianças?

*Inara Gabriela Figueiredo Costa*³⁸

*Vânia Grazieli Inocêncio*³⁹

Desde o nascimento, somos constantemente abordados com inúmeros anúncios exibidos unicamente para nos incentivar a consumir. Quando criança, somos o principal foco de grandes indústrias e propagandas publicitárias, que se aproveitam dessa fase de pouco discernimento para explorar muito bem várias maneiras de nos fazer comprar. E principalmente, de nos fazer acreditar que precisamos daquelas mercadorias e que sem elas, além de sermos considerados inferiores, não seremos plenamente felizes.

Todo esse cuidado por parte do marketing não acontece por acaso: a opinião das crianças, em diversas ocasiões, pode ser o fator decisivo na hora da compra. Elas influenciam, muitas vezes, na escolha dos produtos consumidos. Produtos estes que podem variar desde um pacote de cereal até ao carro comprado pela família. Para atingir esse público alvo, utiliza-se de desenhos animados ou artistas famosos estampados em embalagens dos alimentos que estão presentes no cotidiano dessas crianças. Moldando, assim, a opinião daqueles que não possuem idade suficiente para entender as relações comerciais e sociais que ocorrem por trás de cada “escolha”.

Segundo dados do IBGE, as crianças brasileiras passam cerca de cinco horas em frente a televisão durante o dia, são as campeãs mundiais. No Brasil, diferentemente de vários outros países, não há nenhuma restrição em relação ao tipo de propaganda direcionada ao público infantil e ao horário em que ela irá passar. Portanto, as propagandas acabam sendo veiculadas no período em que os programas destinados às crianças são transmitidos. É necessário nos questionamos sobre qual o perfil de pessoa que se quer formar a partir de tantos comerciais. Que cidadania é essa? Que escolhas são oferecidas por essas mídias no sentido de educar efetivamente esses sujeitos?

É fato notório que vivemos em uma sociedade economicamente desigual, que nem todas as crianças que assistem a essas propagandas terão como comprar os produtos ali anunciados. Além disso, desde pequenas as crianças convivem em ambientes que as fazem crer que para serem respeitadas, precisam consumir de acordo com o que é ditado pelos grandes meios de comunicação. Quais consequências podem ser provocadas por esse apelo ao consumo infantil?

³⁸ Acadêmica do 1º ano de História da UNIOESTE.

³⁹ Acadêmica do 4º ano de História da UNIOESTE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPHANDÉRY, Pierre; BITOUN, Pierre; DUPONT, Yves. **O Equívoco Ecológico: Riscos Políticos da Inconsequência**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KLEIN, Naomi. **Sem Logo: A tirania das marcas em um planeta vendido**. São Paulo/Rio de Janeiro. Editora Record, 2003.

MESZÁROS, István. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

SÍTIOS CONSULTADOS

<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=568>. Acessado em Agosto de 2012.

<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=291>. Acessado em Agosto de 2012.

POIS O FUTURO VOS PERTENCE!⁴⁰

Emprego de A a Z: a “necessária” instabilidade

Marcos Vinicius Ribeiro⁴¹

"Todos os dias leio nos jornais, revistas e assisto na tv que o mercado de trabalho está com déficit de mão de obra qualificada, mas quando vamos para realidade numa entrevista de emprego, somos exigidos por experiências práticas que a universidade não nos ensina. Se nos candidataríamos a uma vaga de trainee, acontece a mesma situação, a preferência maior é sempre por candidatos que já possuem experiência, então fica mais uma questão, se todos lutam para melhoria da formação de nossos jovens, como um estudante que fica 8 horas diárias na sala de aula disponibiliza tempo para adquirir experiência? que é o meu caso. E mais tenho 27 anos, vou levar uns 10 anos para me firmar no mercado, aí estarei com 37 anos, e aos 40 já serei considerado velho, o que fazer?"⁴²

No final da década de 1960, popularizaram-se no Brasil e nos demais países da América Latina, as medidas destinadas a implementação da pedagogia tecnicista. Em grande medida, a qualificação da mão de obra passou pela reestruturação do sistema de ensino. A educação tornou-se alvo de críticas quanto a baixa produtividade e passou por certas readaptações que visavam instalar um paradigma produtivista no sistema educacional. Programas de meta foram estabelecidos para vencer problemas relacionados ao abandono escolar em período letivo (evasão escolar) e a repetência. O binômio desenvolvimento/segurança, característico da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), hegemonizou as políticas educacionais no contexto das ditaduras civil-militares.

Tempos depois, no início dos anos 2.000, multiplicaram-se os estudos relacionados ao ingresso de jovens no mercado de trabalho⁴³. Boa parte destes estudos problematiza os dilemas da juventude a partir do conjunto de práticas estabelecidas em torno da educação para a qualificação da população economicamente ativa (PEA). Jovens trabalhadores são descaracterizados em suas

⁴⁰ Mural produzido em Outubro/Novembro de 2012. Coordenação: Marcos Vinicius Ribeiro. Estagiários: Alex Sander Sanoto, Inara Gabriela Figueredo Costa, Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho, Luana Milani Pradela, Lucas Blank Fano, Paulo Roberto da Costa Sartori e Vânia Grazielle Inocêncio.

⁴¹ Professor do curso de História da UNIOESTE.

⁴² Relato de uma entrevista para emprego disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/primeiro-emprego-depoimento/55608/>. Acesso em 15/10/2012.

⁴³ FAVERO, O. SPÓSITO, M. CARRARO, P. NOVAES, R. (Orgs.) **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília, Anped. 2007. CASTRO, J. AQUINO, L. ANDRADE, C. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília, IPEA. 2009.

expectativas em favor de estatísticas que servem para justificar a implementação de políticas públicas do Estado neoliberal. Carregam, em suma, a pecha desumana do futuro capital humano⁴⁴.

No período prévio aos anos 2.000, durante a década de 1990, período de intensificação das reformas neoliberais, aumentaram as políticas estatais relacionadas a juventude e ao primeiro emprego. Estas ações permearam diversas iniciativas que, na teoria, visavam qualificar o trabalhador e incluí-lo no mercado de trabalho sem, contudo, levar em consideração as contradições históricas da realidade brasileira⁴⁵.

Nesta ordem houve, também, crescente ataque a juventude com alertas sobre o aumento da marginalidade. Em boa medida, a juventude, assim como nos clássicos do cinema dos anos de 1960 e 1970, é analisada de forma maniqueísta⁴⁶. O retorno a intervenções conservadoras na atividade de jovens passa por reformulações nas políticas públicas⁴⁷. Ao analisar o Programa Nacional de Incentivo ao Primeiro Emprego (PNPE)⁴⁸, regulamentado pela Lei 10.748/2003, alterada pela Lei 10.940/2004 e regulamentada pelo decreto 5.199/2004 percebe-se a preocupação em torno do tema. Este programa prevê, inclusive, bolsa⁴⁹ para “empreendedores” que empregam jovens em situação de experiência.

Ao delimitar como foco do programa a faixa etária de jovens entre 16 e 24 anos, o PNPE propõe regulamentar algumas regras básicas para a experiência do primeiro emprego. Iniciativa importante uma vez que reconhece uma situação corriqueira em empresas e repartições públicas, ou seja, a presença de jovens, muitos em idade escolar, no mercado de trabalho. Mas, ainda assim insuficiente, pois restringe-se, especificamente, a experiência do primeiro emprego. O que, em

⁴⁴ De maneira abrangente, considera-se aqui “Capital Humano” como o conjunto de iniciativas que visam estabelecer como norte do desenvolvimento econômico a melhor qualificação do/e para o trabalho. Fazem parte deste conjunto de iniciativas algumas ações delegadas às instituições de ensino estatais e privadas.

⁴⁵ Não é objetivo deste pequeno texto problematizar todas estas contradições que são, por si mesmas, inumeráveis. No campo da educação, temos um exemplo com o falso discurso em torno da erradicação do analfabetismo. Com relação ao mercado de trabalho, podemos considerar a imensa propaganda do Estado brasileiro sobre o crescimento econômico presente, dentre outros, na insígnia “Brasil: um país de todos”. Mesmo Estado que busca incansavelmente destruir a previdência o que aumenta a sensação de aceleração da história para jovens trabalhadores que, em breve, não contarão com planos de aposentadoria ligados ao setor público.

⁴⁶ Vale a pena conferir o clássico “Laranja Mecânica” do diretor Stanley Kubrick de 1971.

⁴⁷ Como exemplo da disputa pela direção deste processo, podemos citar a iniciativa empresarial presente no discurso de Antonio Ermírio de Moraes. Segundo o empresário, “*Dentro da atenção geral aos jovens, preocupa-me a crise moral que atinge muitos deles. Quem sou eu para dar lições de moral? Nunca tive essa pretensão. Mas não escondo minha apreensão com a penetração de valores que ameaçam as instituições básicas da sociedade brasileira, sem as quais não haverá democracia, muito menos liberdades individuais. Refiro-me especificamente aos valores ligados à ética do trabalho, à organização da família, à Justiça, aos mecanismos de controle social e ao amor à pátria.*” (MORAES, Antônio Ermírio de. **Somos todos responsáveis: De que tipo de juventude o Brasil precisa? De que tipo de país a juventude precisa?** São Paulo: Editora Gente, 2007. p. 61.)

⁴⁸ Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/primeiroemprego.htm>. Acesso em 15/10/2012.

⁴⁹ No texto da lei que institucionalizou o programa, lê-se: “*Os empregadores que atenderem aos requisitos, terão acesso à subvenção econômica no valor de 6 (seis) parcelas bimestrais de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por emprego gerado.*” (Id. Ibid.)

realidade, não resolve o problema de jovens compreendidos na idade mencionada que há muito trabalham de maneira informal sem registro em carteira.

Concomitantemente a este movimento, acirrou-se na grande mídia a tentativa de dirigir o processo, principalmente, por meio dos programas de entretenimento cujo tema é o primeiro emprego. Ou então, programas cuja tônica principal é a grande chance⁵⁰. Nestes termos, voltamos ao dilema colocado pelos apologistas do “Fim da História”. Aquele que menciona, dentre outras situações, a inevitabilidade de adequação ao capitalismo devido a falência e desaparecimento de outras opções possíveis.

Os meios de comunicação repetem constantemente a liberdade experimentada pela juventude. Sob um discurso moralizante, investem maciçamente na desinformação, geralmente direcionada, neste caso, para o apoio ao trabalho desregulamentado. Nesta direção, podemos analisar como a situação coloca muitos jovens diante de um dilema histórico. Ou seja, as condições de ingresso no mercado de trabalho não acontecem de maneira semelhante para todos. Vivemos em uma sociedade marcada pelas contradições de classes onde muitos acabam relegados a segundo plano e são obrigados a esperar por uma nova chance. Como saída imediata, alguns buscam a qualificação para o trabalho. Ingressam em algum curso de contraturno bancado pelos poderes municipais ou entidades de classe.

Ou seja, cada vez mais se reconhece neste contexto a destruição dos direitos sobre o trabalho, e, quando a situação envolve a juventude, a destruição de uma condição humana também conquistada historicamente, qual seja, a de manifestar-se contrariamente ao esfacelamento de sua subjetividade em favor da lógica de competição imposta pelos ideólogos do livre-mercado⁵¹. Mais uma vez, aspirações de vida são trocadas pela realidade da competição e o individualismo. O certo é que a competição nunca é igual.

Sem outra possibilidade, cabe a juventude ingressar no mercado de trabalho de maneira mais precária possível, a ponto de uma entrevista de emprego tornar-se uma maneira desqualificada de qualificar um indivíduo a uma vaga. A situação torna-se mais interessante para o neoliberalismo quando, neste “estado de coisas”, o jovem olha para o lado e não percebe qualquer possibilidade de solidarizar-se com outro jovem. Depois de conquistada a vaga, o quadro de hierarquia do novo emprego já está desenhado e a opção é adequar-se ao que já está estabelecido.

⁵⁰ Programas de TV como “O Apendiz” da rede Record de Televisão, “Emprego de A a Z com Max Gheringer” da TV Globo, “Mega Senha” da RedeTV, dentre outros. Atualmente, popularizou-se a proposta em outro formato voltado para a área artística: “Astro” da SBT, “Ídolos” da Record e “The Voice Brasil” da Rede Globo.

⁵¹ Se retomarmos as ditaduras civis-militares – Brasil (1964-1985), Chile (1973-1990), Uruguai (1973-1985), Argentina (1976-1983) com seus milhares de torturados e desaparecidos, fica claro a tentativa planejada de acabar com toda uma geração criada no ambiente da contestação e contraposição ao projeto capitalista.

Com uma carga ideológica considerável, o jovem experimenta a realidade do primeiro emprego por meio da descaracterização de sua condição desde o início da busca pelo posto de trabalho. Os conselhos de alguns “especialistas” dão conta da mudança de comportamento que um jovem deve experimentar numa entrevista de emprego: “O candidato deve se vestir como a empresa se veste. Chegar à entrevista se parecendo com a empresa já é um grande começo”⁵².

⁵² Conselho de Max Gheringer no quadro “Emprego de A a Z” exibido no programa Fantástico da Rede Globo de 27/05/2007. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=8_4yzvx1Mj4. Acesso em: 15/10/2012.

A Ociosidade e o Discurso Moralista

*Luana Milani Pradela*⁵³
*Lucas Blank Fano*⁵⁴

O trabalho sempre ocupou um papel fundamental na vida dos homens e mulheres, e adquiriu diferentes sentidos no decorrer da história. No período medieval, por exemplo, o trabalho era considerado indigno pelo discurso moralista das elites apoiadas no catolicismo, enquanto o tempo ocioso era algo importante, pois permitia que as pessoas se dedicassem a outros assuntos, como as guerras e as orações. Hoje o discurso moralista mudou, a ociosidade tornou-se sinônimo de preguiça e, deste modo, o trabalho passou a ser visto como necessário para que sejamos aceitos na sociedade. Assim, quanto mais trabalhamos, mais dignos somos considerados no meio social.

O sentido assumido pelo trabalho hoje, apoiado pelo discurso disciplinador, é resultado do desenvolvimento capitalista ao longo dos anos. Desde a Revolução Industrial o ritmo do trabalho tem aumentado, fazendo-se necessário uma maior quantia de mão-de-obra disponível no mercado e, desta forma, o maior incentivo ao trabalho explica-se pela intensificação da produção de bens e serviços.

É, portanto, esse discurso moralista contra a “ociosidade” que pressiona o jovem a procurar um emprego antes mesmo de terminar o ensino médio, impulsionado ainda pela necessidade de contribuir para a renda familiar ou pela possibilidade de ganhar o próprio dinheiro. A moral do trabalho é identificado nas falas de vários economistas, industriais e comerciantes. Uma evidência disso pode ser percebida no trecho abaixo, retirado do blog pessoal do economista Francisco Castro:

Não podemos perder uma parte dessa geração para o ócio, temos que levar esses jovens para o mundo produtivo, oferecendo-lhes oportunidades para que possam participar efetivamente da economia

Como podemos perceber, há uma preocupação em oferecer oportunidades aos jovens para que participem da economia. No entanto, o caráter destas “oportunidades” é duvidoso. Sem experiência no mercado de trabalho, o jovem geralmente precisa aceitar a primeira proposta que é oferecida, na maioria das vezes um trabalho em que se faz muito e se ganha pouco. No discurso moralista do trabalho parece que o empregador está fazendo um favor possibilitando o ingresso dos sujeitos no mercado de trabalho, “oferecendo-lhes oportunidades” como escreve o economista. Na realidade, a lógica se inverte e, tendo que vender a força de trabalho, é o jovem que acaba “fazendo

⁵³ Acadêmica do 2º ano de História da UNIOESTE

⁵⁴ Acadêmico do 3º ano de História da UNIOESTE

um favor”, sem dar-se conta, ao empregador. No depoimento abaixo retirado de um fórum de debates online sobre a experiência do primeiro emprego, observamos a exploração do trabalho:

[...] trampei em shopping durante 1 ano segunda a segunda sem hora para entrar e sair no natal fiz muitas horas extras para no começo do ano novo não recebi um centavo se quer a mais graças a deus sai de lá.

O trabalho, como vemos no depoimento acima, faz com que o indivíduo precise organizar seu tempo de outra maneira. Assim, várias são as mudanças ocorridas na vida desta pessoa, que passa a vivenciar o cotidiano inserido no competitivo mercado de trabalho.

De acordo com o depoimento analisado, percebemos que o horário de trabalho do jovem ocupa muito de seu tempo. Isso é problemático, pois entendemos que nessa etapa da vida o estudo é mais importante que o trabalho. Como acontece em muitos casos, quando o jovem começa a trabalhar – devido a intensificação da carga horário do trabalho, inclusive tendo que fazer horas extras – seu rendimento escolar tende a cair. Isso decorre da pressão imposta ao jovem diante do primeiro emprego, que faz com que ele foque sua atenção no trabalho, perdendo o interesse pelo estudo, pois passa a vê-lo como uma ponte para o “sucesso” profissional.

Portanto, o discurso disciplinador não aborda as condições e conseqüências advindas desse trabalho e, sim, convence o jovem que ingressar o mais rápido possível no mercado de trabalho, não importando as condições impostas pelo patrão, é a melhor alternativa para sua vida pois combate a ociosidade. No entanto, essa moral considera toda forma de produção que foge da lógica contemporânea do trabalho como ociosidade quando, na verdade, o tempo considerado “ocioso” pode ser utilizado para inúmeras outras atividades que contribuirão de fato na vida do jovem, como ler, escrever, sair com os amigos, entre outras atividades essenciais na formação humana.

Segundo o mesmo economista, a ociosidade “pode não ser fruto somente de preguiça, mas de algo mais complexo que deve ser investigado e eliminado”. Neste ponto concordamos com ele. Mas, o que deve ser eliminado (ou modificado) é a forma como se apresenta o trabalho para o sujeito em nossa sociedade, um trabalho precário, intensificado e pouco recompensador: tanto na questão do conhecimento adquirido com o emprego quanto no sentido financeiro. Em outras palavras, um trabalho onde a exploração do patrão sobre o “aprendiz” tornou-se comum, e é pouco questionada.

Um trabalhador em construção

*Inara G. Figueiredo*⁵⁵
*Joselene Ieda de Carvalho*⁵⁶

*Sem trabalho eu
Não sou nada
Não tenho dignidade
Não sinto o meu valor
(Legião Urbana)*

No censo feito pelo IBGE em 2010, calculou-se que a população de Marechal Cândido Rondon era de 46.819 habitantes. Desses habitantes, têm-se a estimativa de que 12.866 pessoas trabalham com carteira de trabalho assinada. Em uma pesquisa feita por Gemelli e Carvalhal (2006) com jovens rondonenses sobre a procura pelo primeiro trabalho, em sua grande maioria responderam que vão em busca de novas experiências.

Durante o século XVIII o sentido do trabalho era completamente diferente do que podemos observar em nossos dias atuais. O artesão poderia exercer seu trabalho de acordo com os prazos que ele próprio estabelecesse, sem que precisasse deixar seus outros afazeres e havia tempo para seu lazer. Ele comandava seu tempo. Em qualquer dia da semana, poderia sair e ir na taberna, local que se encontrava com outros artesãos sem que precisasse se preocupar, pois, já teria trabalhado o suficiente para sua sobrevivência. A natureza do trabalho mudou quando o relógio foi disseminado, e para adaptá-la a este novo sistema, havia agora a contagem do tempo e a disciplina árdua no trabalho, que acabou se tornando monótono, extenuante e precário.

É difícil encontrar alguém que trabalhe porque goste do emprego, a maioria o faz exclusivamente porque precisa deste meio para sobreviver. Constantemente encontramos pessoas desiludidas, que vão todos os dias para seus trabalhos, fazem o que tem que ser feito. No final de mais um período, a única esperança que lhes parece possível, corresponde apenas à aposentadoria. No qual acreditam que poderão ter uma vida melhor, com menos preocupações e responsabilidades, mais tempo para se dedicar à família, ao lazer, ao descanso. Possivelmente não se dão conta de que estão adiando a própria vida.

Quando nos propomos a pensar nos significados que o trabalho tem para estes jovens, é necessário que pensemos quais são os motivos que os levam a trabalhar. Para além da experiência de um primeiro emprego, a necessidade de ajudar com as despesas de casa são fatores fundamentais na vida desses jovens. Portanto, seria errôneo afirmarmos que estes jovens procuram emprego apenas como formas de aprendizado, se levarmos em consideração que muitos destes não visam

⁵⁵ Acadêmica do 1º ano de História da UNIOESTE.

⁵⁶ Acadêmica do 3º ano de História da UNIOESTE.

continuar trabalhando no atual emprego em que estão. Através disto, é perceptível a separação do trabalho como algo satisfatório.

Um grande influente do comércio e principalmente das indústrias têm sido os SINE's, dos municípios. O SINE é um órgão representativo da prefeitura no qual as pessoas procuram para preencherem formulários de vagas para encontrarem trabalho. Cada SINE funciona de uma forma, mas em sua grande maioria há um formulário que contém o “perfil do trabalhador” para as determinadas empresas. Ou seja, você precisa atender as demandas do mercado: ser um funcionário exemplar, ir trabalhar mesmo estando doente, estar contente com as condições postas pela empresa, enfim, “vestir a camisa” do local que te cedeu o trabalho.

Em nossa sociedade o trabalho é acarretado de conotações negativas, pelo fato de que a força de trabalho do trabalhador tornara-se no decorrer dos séculos forma de mercadoria, viabilizando lucros para os grandes proprietários de indústrias e comércio. Dessa forma, é comum ouvirmos sem muita alegria, quando pedimos pra um jovem relatar sobre sua primeira experiência de trabalho. Há uma indisposição causada pelo próprio fato de que começam trabalhando acreditando que poderão adquirir bens consumíveis e quando na verdade, o mísero salário mal dá pra pagar as contas das necessidades pessoais, isso quando não precisam ajudar nas despesas familiares.

Jovens estagiários ou trabalhadores estagnários?

*Paulo R. da Costa Sartori*⁵⁷
*Vania Grazielle Inocêncio*⁵⁸

Em tempo de intensas transformações nas estruturas da sociedade, hoje o trabalho se configura de uma maneira totalmente diferente do que víamos algumas décadas ou alguns anos atrás, mudanças que se devem principalmente pelas tentativas de maior acumulação de capital. Os mecanismos para essa reorganização do trabalho, são os mais diversos, mas podemos citar dentre alguns a flexibilização, a terceirização e a precarização do trabalho, o que tem ocasionado a fragilização das relações trabalhistas e um número crescente no desemprego. Nesse campo da precarização se insere o estágio, como mais uma de suas faces.

O estágio, enquanto categoria de trabalho é preenchido principalmente por jovens, os novos trabalhadores que estão entrando no mercado de trabalho e que veem grande dificuldade em conseguir algo, pela grande competitividade do mercado e sua inexperiência, além do desemprego que cresce mais nessa categoria, que o do restante da classe trabalhadora, assim o estágio acaba sendo a última ou a única alternativa.

O estágio é visto e procurado pela grande maioria desses jovens, para além da possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, procuram a oportunidade de cumprirem o estágio obrigatório de sua grade curricular, além de uma oportunidade de aprendizado e crescimento dentro dessas empresas, e principalmente a remuneração como uma forma de sobrevivência ou complemento de sua renda para outras necessidades.

O conceito de estágio segundo, a lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, é definido como:

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Porém, quando nos deparamos com a realidade da grande maioria dos estagiários, percebemos que esse ato educativo muitas vezes não acontece e nem é uma regra a ser seguida pelas empresas, pois estes em sua grande maioria são estágios em áreas distintas da formação desses

⁵⁷ Acadêmico do 2º ano de História da UNIOESTE.

⁵⁸ Acadêmica do 4º ano de História da UNIOESTE.

jovens, que executam tarefas que nada acrescentam em sua formação acadêmica, e seguem a lógica das competências exigidas pelo mercado. Como nos aponta a entrevista de uma estagiária:

[...] o estágio acaba não sendo o que deveria ser: um período de aprendizado, aplicação e desenvolvimento do que aprendemos na faculdade. Está longe disso. [...] muitas empresas acabam utilizando o estagiário como mão de obra barata, para atividade que não vale a pena colocar um efetivo. Ao fim do período de estágio, eles apenas substituem o estagiário por outro. [...]. É uma exigência do mercado de trabalho. Mas acho que é um modelo extremamente equivocado e que pensa somente no curto prazo: o estudante deixa de fazer a faculdade como deveria, com a dedicação que seria necessária, para estagiar, e no estágio acaba não aprendendo muita coisa.

Nesse sentido, esses estagiários cumprem tarefas e competências de um profissional com carteira assinada, sendo exigidas metas e responsabilidades elevadas, ritmo de trabalho intenso, sem conta na remuneração extremamente baixa. Assim, não possuem quaisquer tipos de direitos, mesmo os mais simples já garantidos pela luta dos trabalhadores, como exemplo, décimo terceiro, seguro desemprego, FGTS e carteira assinada, configurando um trabalho extremamente precarizado. Para além disso, a lei do estágio que visa regularizar essa relação, não dá conta e ainda legitima essas práticas de dominação e fragilização das relações trabalhistas, arrochando os direitos estabelecidos, para que essas empresas tenham mais e mais lucros.

Essa realidade não se encontra distante, ela se manifesta até mesmo na Universidade. Hoje o quadro de funcionário da Unioeste, Campus Marechal Cândido Rondon, conta com pouco mais de 100 técnicos, e possui cerca de 65 estagiários, o que equivale quase a 1 estagiário por trabalhador efetivo. Cumprindo e tapando buracos de trabalhadores concursados, visando baratear o custo para o governo, precarizando o ensino, pois de um lado temos laboratórios operados por “aprendizes” ao invés de um profissional, e de outro, estudantes que realizam tarefas que não são parte de sua formação. Assim, percebemos como essas práticas de precarização encontram eco não somente nas empresas, mas também nas práticas neoliberais de nossos governos.

Para além dos problemas já apontados, podemos nos questionar ainda quais são as possibilidades de organização desses jovens estagiários, afinal de contas, não são representados por um sindicato e nem são reconhecidos enquanto classe trabalhadora, pairando enquanto uma nova e distinta categoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, J. AQUINO, L. ANDRADE, C. (Orgs.) **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília, IPEA. 2009.
- DAMIANI, Daniel Fortuna. **Estágios profissionais: precarização do trabalho e dominação**. Porto Alegre: UFRGS. 2009.
- FAVERO, O. SPÓSITO, M. CARRARO, P. NOVAES, R. (Orgs.) **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília, Anped. 2007.
- GEMELLI, Diane Daniela; CARVALHAL, Marcelo Dornelis. Jovem e Mercado de Trabalho: Aspectos e Perspectivas. In: **Revista Pegada**, vol. 7, número 2: Novembro de 2006.
- MORAES, Antônio Ermírio de. **Somos todos responsáveis: De que tipo de juventude o Brasil precisa? De que tipo de país a juventude precisa?**. São Paulo: Editora Gente, 2007.
- POCHMANN, Marcio. **Situação do Jovem no Mercado de Trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos**. São Paulo: Fevereiro de 2007.
- LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm.

SÍTIOS CONSULTADOS

- <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/primeiro-emprego-depoimento/55608/>
- <http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/primeiroemprego.htm>
- http://www.youtube.com/watch?v=8_4yzvx1Mj4
- <http://blogdefranciscocastro.blogspot.com.br/2012/09/a-ociosidade-esta-comprometendo-as.html>
- <http://forum.outerspace.terra.com.br/index.php?threads/sua-experi%C3%A7%C3%A3o-com-primeiro-emprego.112228/>